

ConViver: Práticas antirracistas em grupos de convivência protetiva com famílias no Sistema Único de Assistência Social

Acileide Cristiane Fernandes Coelho^{1*} 

RESUMO

Desenvolver práticas antirracistas em grupos no Sistema Único de Assistência Social (Suas) pode contribuir para prevenir desproteções relacionais, ampliar convivências protetivas e fortalecer vínculos familiares e comunitários. Este artigo apresenta resultados de intervenções grupais do grupo ConViver, com foco na prevenção de discriminação e preconceito e na promoção de convivências protetivas de famílias atendidas por unidades do Suas no Distrito Federal. A pesquisa de campo adotou a pesquisa-intervenção e o sociodrama, com 3 grupos online e 1 presencial, totalizando 77 participantes. As análises temáticas ressaltam a importância das tecnologias de convivência para garantir a escuta sensível das histórias silenciadas, sobretudo de crianças, jovens e mulheres negras marcadas por desproteções. Os encontros apontaram caminhos de convivência segura e redes de afeto, resistência e pertencimento.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas antirracistas; Intervenções grupais; Sociodrama; Assistência social.

“ConViver”: anti-racist practices in family protective coexistence groups within the Unified Social Assistance System

ABSTRACT

Developing anti-racist practices in groups within the Unified Social Assistance System can contribute to preventing relational vulnerabilities, expanding protective coexistence, and strengthening family and community bonds. This article presents the results of group interventions conducted by the “ConViver” group, focusing on the prevention of discrimination and prejudice and the promotion of protective coexistence in SUAS units in the Federal District. The field research employed the intervention-research method and sociodrama, comprising three online groups and one in-person group, totaling 77 participants. Thematic analyses highlight the importance of coexistence technologies in ensuring the sensitive listening of silenced stories, especially those of children, youth, and Black women affected by ongoing vulnerabilities. The group sessions revealed pathways toward safe coexistence and networks of affection, resistance, and belonging.

KEYWORDS: Anti-racist practices; Group interventions; Sociodrama; Social assistance.

ConVivir: Prácticas antirracistas en grupos de convivencia protectora con familias del SUAS

RESUMEN

El desarrollo de prácticas antirracistas en grupos del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS) puede contribuir a prevenir la vulnerabilidad relacional, ampliar la convivencia protectora y fortalecer los lazos familiares y comunitarios. Este artículo presenta resultados de las intervenciones grupales del grupo conVivir, enfocadas en la prevención de la discriminación y los prejuicios y la promoción de la convivencia protectora en las unidades del SUAS del Distrito Federal. La investigación de campo adoptó la investigación de intervención y el sociodrama, con tres grupos en línea y un grupo presencial, con un total de 77 participantes. Los análisis temáticos resaltan la importancia de las tecnologías de convivencia para asegurar una escucha sensible de las historias silenciadas, especialmente las de niños, jóvenes y mujeres negras que quedan desprotegidas. Los encuentros señalaron caminos de convivencia segura y redes de afecto, resistencia y pertenencia.

PALABRAS CLAVE: Prácticas antirracistas; Intervenciones grupales; Sociodrama; Asistencia social.

1. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Brasília (DF), Brasil.

*Autora correspondente: leidecris@gmail.com

Recebido: 10 jul. 2025 | Aceito: 26 ago. 2025

Editor de seção: David Ordaz 

INTRODUÇÃO

A convivência, que sustenta vínculos de afetividade e solidariedade, é um direito de crianças, adolescentes e suas famílias, constituindo uma forma de segurança sociorrelacional (Ministério do Desenvolvimento Social, 2017). Entretanto, as desigualdades históricas, o racismo e as inseguranças impactam diretamente a qualidade das relações familiares e comunitárias. As desproteções relacionais se manifestam mediante violências, preconceitos, intolerâncias e isolamento social, gerando subalternidades e rompimentos de vínculos – afetando, sobretudo, grupos historicamente marginalizados (Torres, 2016). Portanto, é fundamental não apenas conhecer tais desproteções, mas, conforme Vieira e Malaquias (2023), as instituições têm corresponsabilidade para propor medidas que reduzam danos ocasionados pelo racismo estrutural.

Este artigo aborda a promoção de espaços de convivência protetiva e a adoção de práticas antirracistas como estratégias para o enfrentamento das desproteções relacionais vivenciadas por crianças, adolescentes e suas famílias. Para isso, articulam-se os aportes da socionomia (Moreno, 2014), da teoria do reconhecimento social (Honneth, 2003) e das contribuições de intelectuais negras, com base na análise de intervenções grupais realizadas no grupo *ConViver*, voltadas à prevenção de desproteções relacionais e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de famílias atendidas por unidades do Sistema Único de Assistência Social do Distrito Federal (Suas/DF). Os dados, oriundos da tese de doutorado da autora (Coelho, 2024), indicam a potência dos grupos como espaços de escuta das histórias de vida de famílias negras, ampliando processos relacionais que favorecem proteção social, reflexões e reconhecimentos.

Desproteções relacionais na vida de famílias negras

Para garantir proteção, é necessário reconhecer as formas cotidianas de desproteção que perpetuam desigualdades (Torres, 2022). As estruturas coloniais operam nas relações sociais e políticas, produzindo invisibilidade e exclusão de crianças e adolescentes, principalmente negras(os), que enfrentam silenciamentos e negação de identidade em uma sociedade adultocêntrica (Oliveira, 2023). Assim, o não reconhecimento social na convivência cotidiana afeta o vínculo e desconsidera a compreensão de crianças no plural, em suas diversidades de raça, identidades de gênero, faixas etárias e outros marcadores relevantes na esfera da valorização do sujeito (Moreira et al., 2022).

As desproteções relacionais se referem a situações em que há uma ausência e/ou fragilidade na proteção das relações interpessoais e/ou sociais. Nelas, as relações humanas estão vulneráveis ou expostas a violências e práticas segregadoras, pela falta de suporte e de laços protetivos ou por outras formas de insegurança social (Ministério do Desenvolvimento Social, 2017). A Fig. 1 evidencia desproteções que situam a atuação com famílias no Suas com foco na segurança de convivência:



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (2017).

Figura 1. Desproteções relacionais.

As desproteções relacionais abrangem situações de conflitos, preconceitos e discriminações, fragilizando vínculos e impactando a saúde emocional de crianças negras, que desde cedo enfrentam um pertencimento negado (Moreira-Primo & França, 2023). O racismo se manifesta no apagamento da história afro-brasileira, de crenças, de expressões culturais e de pertencimento na trajetória e no desenvolvimento psicossocial da criança negra (Augusto & Conceição, 2024). Logo, somos impelidos a construir estudos e intervenções não somente pela falta, mas também pela potência das crianças e pelas leituras que fazem das realidades que as cercam (Nunes, 2016).

É preciso abordar as cargas múltiplas da discriminação numa perspectiva interseccional, buscando “capturar as consequências estruturais e dinâmicas entre dois ou mais eixos de subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177), os quais são ligados a gênero, raça, etnias e classes. Mulheres negras são maioria nos atendimentos no Suas (Alves et al., 2021), mas pouco se sabe sobre a incidência das demandas geradoras de sofrimentos relativos às desproteções relacionais vinculadas ao racismo estrutural (Torres, 2022). Assim, é importante dar visibilidade às vivências marcadas pela desigualdade, reconhecendo-as como demandas públicas, exigindo-nos reconhecer, proteger e reparar injustiças (Torres, 2022).

Além disso, vivências de apatidão – rupturas nas oportunidades relacionais – estão ligadas a processos excludentes por motivos sociais, raciais ou territoriais (Ministério do Desenvolvimento Social, 2017). O confinamento institucional e domiciliar, incluindo o encarceramento de jovens negros, é também expressão dessas desproteções (Bonaiuto & Jacinto, 2019). Essas e outras violências – físicas, psicológicas, sexuais e patrimoniais – configuram uma grave forma de desproteção. Conforme os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a maioria das vítimas de violência são crianças e adolescentes negros, evidenciando o impacto do racismo no aumento da exposição a abusos e crimes (Reinach & Barros, 2023).

Nesse sentido, as particularidades das infâncias plurais nos exigem uma leitura decolonial, visibilizando crianças e adolescentes em suas vivências no Sul global e considerando as matrizes da diversidade étnica e racial (Vultarelli, 2021). A abordagem afroperspectivista de Nogueira (2019) propõe a infância como chave para superar opressões estruturais, desconstruir lógicas de discriminação e construir convivências protetivas. Portanto, Nogueira (2019) traz o resgate da infância como elemento restaurativo e transformador, enfatizando que precisamos “restabelecer as infâncias de todos os seres vivos” (Nogueira, 2019, p. 131). Isso nos aproxima do resgate da espontaneidade e da criatividade como promotoras de convivências saudáveis, respostas diante das crises e dos sistemas de opressão (Moreno, 2014).

Vínculo, afetividade e reconhecimento social: caminhos de práticas antirracistas

A convivência, enquanto locus de encontro e desenvolvimento humano, oferece oportunidades existenciais que se estruturam nos vínculos afetivos desde o nascimento, na chamada matriz de identidade – placenta social na qual se constroem as bases do pertencimento, da espontaneidade e da criatividade, essenciais para enfrentar as tensões do cotidiano (Moreno, 2014). A afetividade, motor da conduta humana, é central no desempenho dos papéis sociais (Nery, 2014). Nesse contexto, a convivência afetiva pode ser fragilizada por experiências de desproteção, discriminação e violência, que enrijecem vínculos e limitam a expressão criativa. Para ampliar contextos de proteção, a espontaneidade atua como catalisadora da criatividade, essencial à ação transformadora, promovendo saúde e melhoria nas relações (Moreno, 2014).

Conforme o trabalho com vínculos e proteção, Torres (2016), ao articular a teoria do reconhecimento social de Honneth (2003) com a teoria do vínculo social de Paugam (2008), destaca o papel do Estado na criação de espaços de convivência que promovam reconhecimento social. Os vínculos, nessas teorias, são vistos como necessidade humana fundamental e base para proteção e segurança. Para Honneth (2003), o reconhecimento ocorre em três esferas: amor e cuidado, que geram autoconfiança; justiça moral, que assegura autorrespeito; e solidariedade, que fomenta a autoestima. A identidade do sujeito, assim, se constrói nas relações de cuidado, respeito e estima traduzidas enquanto reconhecimento social.

A convivência protetiva pressupõe o fortalecimento dos vínculos afetivos, tanto familiares quanto sociais. Segundo Torres (2016), o investimento nessas relações é essencial na atuação do Suas, pois possibilita identificar desproteções e garantir o direito ao convívio com foco nos vínculos que promovem proteção. Paugam (2008) organiza os vínculos sociais em quatro dimensões: filiação (relações familiares fundamentais para a construção da identidade), vínculos eletivos (redes escolhidas

que ampliam o pertencimento social), participação orgânica (ligada ao trabalho e à inserção social) e cidadania (laços com a ordem social, acesso a direitos e senso de justiça social).

Ao articular a teoria dos vínculos sociais à lógica da matriz de identidade, observa-se a continuidade no desenvolvimento relacional do sujeito. Parte-se dos vínculos filiais, que fundam a relação subjetiva do sujeito consigo mesmo (eu-comigo), passando pelas relações intersubjetivas de reconhecimento com os pares e grupos (eu-tu), até alcançar relações ampliadas com a sociedade e estruturas macrosociais (eu-outro/sociedade). Trata-se de dinâmica relacional integrando desenvolvimento individual e social, em múltiplos níveis de reconhecimento e pertencimento. Enfim, a socionomia contribui ao compreender a sociodinâmica e analisar a sociometria das relações e dos vínculos sociais (Moreno, 2014), usando métodos sociátricos para proporcionar espaços de reconhecimento social, garantia de direitos e convivências protetivas para crianças, adolescentes e famílias.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa-ação participativa, de abordagem qualitativa, com componente político voltado à investigação e à intervenção na realidade social (Costa & Lordello, 2021). Para isso, foram conduzidos grupos com o sociodrama como método de intervenção grupal, que possibilita a abordagem coletiva de temas e conflitos sociais significativos, promovendo estratégias de enfrentamento e a produção de uma catarse social (Nery et al., 2006).

Contexto e participantes

A pesquisa foi realizada no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, por meio de equipamentos do Suas, envolvendo três Centros de Referência em Assistência Social (Cras) e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) em regiões administrativas do Distrito Federal. Os Cras atendem famílias buscando prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, enquanto os Creas ofertam serviços especializados a indivíduos e famílias em situação de violação de direitos (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004).

Foram realizados 3 grupos online e 1 presencial, totalizando 77 participantes. *Conviver* foi o nome escolhido pela maioria das famílias. Na etapa dos grupos online, com foco parental, participaram, ao todo, 39 famílias atendidas/acompanhadas pelo Cras ou pelo Creas – no primeiro grupo (G1) participaram 12 mulheres; no segundo (G2), 12 mulheres; e no terceiro (G3), 15 pessoas, sendo 13 mulheres e 2 homens. Do total de participantes, 74,5% (29) eram negras (pardas e pretas). Quanto à segurança de renda, a maioria delas eram beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), sendo que 82% das famílias eram chefiadas por mulheres.

Na etapa do grupo presencial, com foco multifamiliar, este foi composto por 14 famílias, sendo 38 participantes (12 mães, 2 avós, 17 crianças e 7 adolescentes). Do total, 79,5% (31) eram pessoas negras (pretas e pardas). Todas as participantes vivenciavam inseguranças de renda, e apenas uma delas não estava inserida no PBF.

Procedimentos, instrumentos e análise de dados

Para os grupos online desenvolvemos um protocolo de inclusão sociodigital, com encontros de aquecimento digital para as famílias que apresentaram mais dificuldades em participar dos encontros pela plataforma de videoconferência Google Meet. O grupo online foi desenvolvido com sete encontros semanais e um de fechamento. Os encontros tinham duração de 1 hora e 30 minutos. O grupo presencial foi dividido em duas etapas: uma com foco parental, com sete encontros e participação de mães e avós; e a segunda com foco multifamiliar, com quatro encontros, havendo participado crianças e adolescentes, com suas responsáveis que estiveram na primeira etapa.

Os instrumentos de coleta de dados foram: entrevistas semiestruturadas e registros dos encontros grupais. Fizemos uma análise temática (Braun & Clarke, 2006) a qual passou pelas fases: 1) familiarização dos dados; 2) geração de códigos iniciais; 3) busca por temas; 4) revisão de temas; 5) definição e nomenclatura dos temas; e 6) produção de relatório.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília, CAAE n.º 32615220.9.0000.5540. Ressalta-se que os nomes das participantes citadas ao longo deste artigo são fictícios.

Construção e planejamento dos encontros grupais online e presencial

A construção da intervenção teve como base principal a teoria sicionômica (Moreno, 2014) com o método do sociodrama, com etapas de aquecimento inespecífico e específico, ação dramática e compartilhamento (Nery et al., 2006). Outras referências teóricas-metodológicas foram utilizadas, tais como a teoria dos laços/vínculos sociais (Paugam, 2008) e a teoria do reconhecimento social (Honneth, 2003) focada para o trabalho com os laços afetivos, eletivos e institucionais, bem como para a ampliação de noções de autoconfiança, autorrespeito autoestima e estima social.

As Figs. 2 e 3 mostram uma matriz temática construída ao longo dos encontros grupais, ressaltando que no grupo online com foco parental realizamos a etapa 1 e no grupo presencial com foco multifamiliar, as etapas 1 e 2.

ENCONTROS		TEMAS	DESENVOLVIMENTO GRUPAL
ETAPA 1	ENCONTRO 1	- Acolhida, apresentação de serviços ofertados no SUAS, interesses/necessidades e acordo de convivência - História de vida, identidade e desproteções transgeracionais - Sobrecargas do cuidar, rotinas, divisão de tarefas e autocuidado - Autoconfiança, autorrespeito, autoestima	1 EU-COMIGO: RECONHECIMENTO HISTÓRIAS DE VIDA
	ENCONTRO 2		
	ENCONTRO 3		
	ENCONTRO 4	- Processos sociorrelacionais - convivência, comunicação, conflitos, emoções, acordos - Desproteções relacionais - discriminação/preconceito - Reflexões sobre as relações étnico-raciais - Relações de qualidade com crianças e adolescentes e suas famílias	2 EU-TU: RECONHECIMENTO NAS RELAÇÕES INTERSUBJETIVAS
	ENCONTRO 5		
	ENCONTRO 6	- Vínculos, rede de apoio familiar e comunitária - Perspectivas de futuro - Necessidades e potencialidades para uma convivência protetiva	3 EU-OUTROS: RECONHECIMENTO DA REDE
	ENCONTRO 7		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Figura 2. Matriz temática do grupo com foco parental.

ENCONTROS		TEMAS	DESENVOLVIMENTO GRUPAL
ETAPA 2: GRUPO MULTIFAMILIAR	ENCONTRO 1	- Acolhida e acordos de convivência - História de vida e convivência familiar - Desafios da convivência: desproteções, conflitos, comunicação, acordos familiares e estratégias para a melhoria da qualidade das relações - Afetos, sonhos, desejos - autoconhecimento e autoconfiança	1 CONVIVÊNCIA: EU E MINHA FAMÍLIA
	ENCONTRO 2		
	ENCONTRO 3	- Identidade, pertencimento e convivência - Com quem eu posso contar? Mapeando redes de apoio de crianças, adolescentes e famílias - Importância dos vínculos eletivos - Reconhecimento afetivo, autoconfiança e autoestima	2 CONVIVÊNCIA E AUTOCONFIANÇA: EU E MINHA REDE
	ENCONTRO 4	- Importância da expressão de sentimentos - Reconhecimento e valorização do outro - estima social - Direitos, proteção social e convivências que protegem - Avaliação e retrospectiva dos encontros e da convivência grupal	3 CONVIVÊNCIA, RECONHECIMENTO AFETIVO E RECIPROCIDADE
	ENCONTRO 5		

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Figura 3. Matriz temática do grupo multifamiliar.

O trabalho com desproteções marcadas por discriminação e preconceito, guiado por ações antirracistas, esteve presente em todos os encontros, e os resultados aqui apresentados não se restringem a um determinado momento. No entanto, no quinto encontro, o tema foi aprofundado com foco nas desproteções envolvendo as relações étnico-raciais. A atividade incluiu aquecimento corporal e cenas das curtas *Estrelas além do tempo* e *Do meu lado*, culminando na construção coletiva de cenas temidas do cotidiano. A partir disso, os participantes compartilharam estratégias de enfrentamento e saberes sobre práticas antirracistas, educação e combate às desigualdades com suas crianças e adolescentes. Esses encontros foram orientados pela perspectiva do etnodrama, com foco na transformação social (Malaquias, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentaremos abaixo um recorte das análises temáticas, gerado com o conteúdo significativo no conjunto de dados das interações grupais, destacando dois temas: (1) perspectiva da leitura sociocultural das desproteções no cotidiano de famílias negras; e (2) grupos sociodramáticos como espaço de proteção e reconhecimento social visando a práticas antirracistas.

Desproteções relacionais na vida de famílias negras

A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes, recolhe em si as vozes mudas caladas, engasgadas nas gargantas (Evaristo, 2017, pp. 24-25).

Durante os encontros, diversas formas de opressões vividas nas relações cotidianas foram destaque nas falas das(os) participantes, que expressaram o desejo de mudança para que suas crianças não se caíam diante de contextos violentos. Larissa, avó participante do grupo presencial, relatou: “Minhas netas já sofreram racismo; fui na escola. Eu falo sobre preconceito com minhas netas; eu defendo muito elas”. As desproteções de convívio são vivenciadas nas interações familiares, comunitárias e institucionais, com marcas históricas, culturais e transgeracionais afetando profundamente a vida das pessoas.

As violências estruturais e relacionais aparecem desde a infância nas histórias das participantes, majoritariamente mulheres negras. O racismo foi trazido já no primeiro grupo online, quando, em etapa de aquecimento, Hilda propôs que um dos encontros tratasse disso. Ela compartilhou traumas cotidianos, macro e microagressões, receios sobre o futuro da filha, e destacou a importância de o grupo discutir o tema: “É sobre os caminhos que a gente tem pra poder agir quando a gente identificar uma situação de preconceito, onde pode procurar ajuda, onde pode fazer denúncia. Eu acho que isso é bem importante para agregar no grupo”.

O acesso à informação e ao letramento racial são elementos fundamentais para “o desenvolvimento de identidades políticas racializadas” e “resgate de ancestralidades afrodiáspóricas” (Augusto & Conceição, 2024, p. 551). Hilda compartilhou o sofrimento por não ter sido reconhecida num processo seletivo: “Tenho certeza que eu não fui escolhida pela minha cor. Fiquei muito triste por isso. Falaram que não tinha mais vaga, mas, em seguida, minha vizinha fez a entrevista e foi escolhida; ela era branca” (G1). Isso provocou no grupo a reflexão sobre o pacto da branquitude enquanto manutenção de privilégios em detrimento da exploração e da subalternidade de pessoas negras (Bento, 2022).

Além das violências, há a sobrecarga pelo cuidado e trabalho doméstico não remunerado, como relata Hilda: “Eu sou mãe, eu sou multiuso” (G1). Esse papel da mulher negra como forte e em prontidão gera sentimento de culpa e sofrimento (Vieira & Malaquias, 2023). Essa sobrecarga vem acompanhada da preocupação constante com o racismo na vida das crianças. Cora afirma: “Eu sou parda e enfrento racismo, e dói saber que um dia minha filha vai sair de casa e vai enfrentar também” (G2). Relações de violência são reproduzidas nos contextos domésticos por muitas situações, incluindo inseguranças diante de um racismo estrutural que moldam relações de poder no contexto familiar e comunitário. Clara traz em sua fala um retrato da situação falando sobre sua crença sobre educar o filho: “Eu acho que tem que dar uns tapas, bater para aprender que no mundo tem coisa pior, porque na hora que a polícia bater eu vou perguntar: ‘Meu tapa doeu? Não. Então agora aprendeu o que é doer’” (G2).

Então, Clara é uma mãe que carrega uma cena temida pelo filho, preparando-o para algo pior. Essa é uma cena de muitas mães nos quatro grupos, especialmente daquelas que sofrem com o racismo estrutural. Esse medo é reflexo dos dados de mortes violentas: “enquanto 67,1% das vítimas de 0 a 11 anos são negras, esse percentual sobe para 85,1% na faixa etária de 12 a 17 anos, evidenciando que a desigualdade racial é parte estruturante da problemática das mortes violentas no país” (Reinach & Barros, 2023, p. 200). Outra expressão da morte social e física de jovens no Brasil diz respeito ao juvenicídio (Costa, 2021) relacionado ao conceito de necropolítica (Mbembe, 2018), trazendo em seu âmago todas as formas de desproteção social, relacional, econômica, as quais marcam corpos e territórios juvenis.

Algumas participantes conseguem reconhecer suas histórias e as estruturas que vão constituindo as relações de desproteção: “Eu não vou passar uma criação violenta para os meus filhos, né? Mas, infelizmente, muitos ainda falam: se eu tive essa criação, meus filhos também vão ter” (Matilde, G1). Esse raciocínio conservado, sustentado por crenças limitantes, também aparece na fala de Manoel: “Eu apanhei na infância, mas acredito que isso me ajudou a crescer e a ser uma pessoa melhor” (G3). Tal visão reflete a figura do chamado “cidadão de bem”, baseada na defesa de valores anacrônicos que, na prática, expressam uma patologia social – uma pseudocidadania brasileira sustentada por hierarquias morais e discursos belicistas, ampliando “fraturas sociais constitutivas das intensas desigualdades de gênero, raça e classe” (Costa, 2021, p. 5). Essa figura tem favorecido o avanço de ativismos religiosos e ideológicos conservadores, que reforçam a anacrônica “pedagogia da vara” nas relações cuidador-criança (Deslandes et al., 2023).

Tais conservas culturais possibilitam reedições de contextos desprotetivos, mas podem ser ressignificadas nos espaços de ação dramática. Em um dos encontros, ao trabalharmos com a realidade suplementar na qual o grupo podia voltar à infância e sentir o vivido, criando uma cena temida na infância que envolvesse as interações desprotetivas, os sentimentos de medo, raiva, tristeza e ódio se sobressaíram. Na realidade suplementar, a criança ferida conseguiu perceber a complexidade das marcas e de todos os fatores que circundam o que a constitui no *aqui e agora*. Foi possível também analisar as dinâmicas de poder centradas em vínculos assimétricos com condutas autoritárias e de subordinação ou dependência (Nery, 2014). Manoel relata: “Hoje eu não bateria no meu filho com uma mangueira, poderia ter me controlado; bater pode resolver algumas coisas, mas traz consequências” (G3). O grupo o acolheu, nomeou, expressou e concretizou sentimentos mediante uma cena de reparação.

Ao longo dos encontros, as participantes relataram que não encontram muitos espaços para falar sobre esse tipo de desproteção relacional. Conforme Andrade e Pereira (2019), embora a maioria dos usuários do Cras no DF sejam mulheres negras, poucas participaram de ações sobre gênero e raça. A literatura também aponta a invisibilidade dessas temáticas no Suas (Alves et al., 2021). Para Akotirene (2019), a abordagem interseccional entre gênero, raça e classe é imprescindível nas políticas de assistência social.

As inseguranças relacionais em contextos de preconceito também emergiram no próprio grupo, que se revelou espaço de reprodução de condutas sociais. Vivências de intolerância religiosa marcaram os encontros do primeiro e do terceiro grupo online. No terceiro, durante um aquecimento com o clipe da música *Quem tem um amigo, tem tudo*, de Emicida, Paula comentou: “Eu gosto de tudo nesse grupo, mas não gostei da música; ela fala de religiões que não aceito, não acredito” (G3), referindo-se às religiões de matriz africana. A fala gerou desconforto, e a facilitadora propôs uma escuta coletiva. Paula justificou-se: “É que eu fui criada com uma crença”. Uma participante reagiu: “Eu me senti ofendida”, e Carlos concluiu: “É, precisamos respeitar”.

Após refletir sobre intolerância religiosa e novas formas de convivência diante da diversidade de crenças, Paula afirmou: “Eu preciso desbloquear o que eu penso, eu preciso mudar”. Daiane completou: “É preciso se predispor a entender, a conhecer, respeitar sem pré-julgamentos” (G3). Grupos como esse são espaços potentes para analisar dinâmicas de poder que sustentam desproteções relacionais estruturais, como racismo, intolerância religiosa e outras discriminações. Como afirma Naffah (1979, p. 209), “os papéis sociais [...] repetem e concretizam, num âmbito microsociológico, a estrutura de contradição [...] entre papéis históricos [...] dominador e dominado”. Assim, ao construir coletivamente essas análises, ampliamos a compreensão de aspectos estruturais da sociedade.

Nos grupos com crianças e adolescentes no contexto multifamiliar, os encontros buscaram promover espaços de convivência afetiva a partir de jogos dramáticos, confecção de máscaras, fotografias da família, brincadeiras e desenhos.

As desproteções relacionais emergiram, especialmente nos subgrupos com adolescentes, por intermédio de relatos de vínculos frágeis, representados na realidade suplementar. João compartilhou sua história antes de viver com a avó ao criar uma máscara inspirada num personagem de filme de terror. Na dramatização, expressou: “Nesta casa tudo é um terror, não há harmonia, me sinto só”. Todavia, ao incluir o afeto da avó em sua narrativa, pôde reconstruir simbolicamente essa casa. Esses encontros visaram a fortalecer o pertencimento, a potencialidade e o reconhecimento social.

Grupos sociodramáticos como espaço de proteção, reconhecimento social e prática antirracista

Em um mundo ideal, todos aprenderíamos na infância a amarmos a nós mesmos. Cresceríamos seguros de nosso valor e merecimento, espalhando amor aonde quer que fôssemos (hooks, 2020, p. 107).

Os desafios de refletir sobre as desproteções relacionais vividas deram lugar a construções coletivas em torno de recursos ampliadores da qualidade da relação com os filhos e promotores da convivência protetiva. As reflexões grupais revelaram-se potentes ao ampliarem noções de autocuidado, autoconfiança e cuidado com o outro, numa dinâmica de reconhecimento afetivo. Conforme Chica: “Meu filho vivia estressado e era muito difícil; aí eu descobri que era eu que estava estressada; eu fui tentando me cuidar, mudar rotina, e agora ele está menos estressado e nossa relação também melhorou” (G3). O fator *tele* nas dinâmicas relacionais – ou seja, a percepção recíproca e o encontro genuíno entre pessoas – viabiliza “a coerência de condutas, a realização ou a reformulação dos projetos dramáticos no vínculo e possibilita a cocriação” (Nery, 2014, p. 121).

O grupo foi rede de apoio e de vínculo eletivo e de solidariedade, tendo sido uma estratégia para ampliar proteções, como trouxe Odara: “Eu até me surpreendi com vocês. Eu já moro em Brasília há muitos anos e eu nunca tinha tido esse acompanhamento; me senti amparada” (G2). Ao trabalharmos o átomo social (Moreno, 2014), construção de um mapa das relações significativas, muitas participantes trouxeram uma função de apoio material, esquecendo da rede enquanto suporte de cuidado e afeto. Há uma lógica colonizada e neoliberal no conceito de rede de apoio, como se a rede tivesse de ser sempre útil materialmente. Isso fica nítido no primeiro mapeamento de Lya: “Só tenho uma amiga, caso precise de algo, e vocês aí do Creas” (G2). Após construirmos o átomo social, Lya vai compreendendo haver outras pessoas, incluindo os filhos, como rede de apoio e afeto.

Além de espaço de apoio, o grupo favoreceu reconhecimentos afetivos reverberando na dinâmica familiar: “Eu fico ansiosa pra poder dividir um pouquinho, pra poder ouvir, e é um momento assim que, pra mim, tá sendo importante. Eu pude pensar na relação com meus filhos”. O reconhecimento do grupo evidenciou a importância de “dispositivos de proteção intersubjetiva que asseguram as condições de liberdade objetiva e subjetiva” (Honneth, 2003, p. 274). Assim, tornaram-se visíveis novas formas de autorrealização positiva e de autonomias construídas. A valorização e a estima vindas do grupo fortaleceram as relações, ampliando a autoestima, o autorrespeito e a autoconfiança, como expressou Dora: “Quero saber ler e escrever. Eu não tinha muita fé antes, mas agora tô tendo; vocês me mostraram meu potencial” (G1).

As sessões multifamiliares com crianças, adolescentes e suas mães/avós fortaleceram diálogos e expressões de afeto. No jogo dramático da convivência, Bárbara dialogou com o filho sobre acordos de sua rotina e compartilhou: “Vamos pensando juntos em como resolver as situações que trouxemos aqui, porque é algo que vou levar pra mim, para a relação com meu pequeno”. Conforme Nery (2014), ao final de cada encontro, o clima afetivo avançava em relação ao início, com trocas *coconscientes* e *coinconscientes* ampliando experiências resolutivas.

No penúltimo encontro do grupo multifamiliar, trabalhamos o compartilhamento de afetos mediante desenhos e cartas. Após uma imaginação guiada, os participantes criaram mensagens com sonhos e desejos. Joanne expressou: “Eu preciso dos meus netos e eles precisam de mim: dou minha vida por eles”. Esse vínculo gera reconhecimento e autoconfiança (Honneth, 2003). A presença de vínculos seguros – com cuidadores confiáveis, amigos e outras relações – contribui significativamente para o enfrentamento dos desafios ao longo da vida.

No último encontro surgiram falas sobre o impacto do processo grupal e o valor das histórias de vida. Joanne compartilhou: “Eu levo a convivência desse grupo. Quero ampliar essa convivência, achar mais espaços como esse; eu recebi

muitos ensinamentos, saio como uma águia, com mais vontade de voar”. Carmem também disse: “Fui acolhida; eu passei a cuidar mais de mim e a ter mais calma para escutar mais meus filhos [...]. Me senti mais assistida” (G3). Na perspectiva sacionômica, a afetividade é a força motivadora dos vínculos e envolve a expressão dos desejos, sentimentos e das emoções que conduzem as interações humanas (Nery, 2014).

No encontro entre pessoas ocorre a “reformulação do sistema de expectativas, enquanto e durante um movimento relacional [...] é o que chamamos de *tele*” (Perazzo, 1999, p. 142). Hilda compartilha sua percepção: “Mudaram minha visão sobre o mundo; vejo o tanto de situações que podem gerar sofrimentos, como preconceito, conflitos, sobrecargas e tudo nos afeta” (G1). Isso revela que o grupo foi espaço de reflexão crítica, essencial para a compreensão sistêmica dos contextos de proteção e desproteção. Enfim, consoante Lima e Mito (2011, p. 214), as ações socioeducativas podem contribuir para um “processo de conscientização pautado na apreensão crítica da realidade”, fortalecendo a autonomia, a luta por direitos e o alcance de transformações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência com os grupos reafirmou a centralidade da convivência como espaço legítimo para a escuta qualificada das vivências de desproteção relacional, especialmente aquelas marcadas pelo racismo estrutural. A partir desse convívio, emergiram histórias de dor, resistência e cuidado, principalmente de mães e avós que enfrentam medo pelo futuro de suas crianças e adolescentes.

Nesse sentido, ao realizarmos uma análise da implementação dos grupos, verificamos o potencial destes para o trabalho com foco na ampliação de espaços de convivência protetivos no Suas. Apesar disso, identificamos limitações, especialmente no contexto dos grupos online iniciados durante o período pandêmico, quando enfrentamos diversas dificuldades relacionadas aos desafios da exclusão sociodigital. Embora tenhamos envidado esforços que consideramos inovadores, ampliando as possibilidades de inclusão digital – com mapeamento de possibilidades de acesso tecnológico, recursos interativos e encontros tutoriais para a participação de famílias em situação de desproteção social –, ressaltamos ainda a necessidade de ofertas múltiplas, como propomos neste trabalho, tanto online quanto presenciais, especialmente ao considerarmos a questão inclusão-exclusão diante de realidades tão desiguais no contexto brasileiro. Assim, enfatizamos a importância de múltiplas respostas para atender às demandas e aos diferentes públicos do Suas.

Por fim, os espaços de encontros possibilitaram a tomada de consciência crítica sobre o racismo estrutural, evidenciando como isso amplia sofrimentos e desproteções na vida de crianças, adolescentes e famílias negras. Concomitantemente, esses espaços se constituíram como campos de ação para práticas antirracistas, fortalecidas por vínculos de afeto e cidadania, favorecendo o acesso a direitos, o reconhecimento de trajetórias marcadas por exclusões históricas e a construção de proteções relacionais. Assim, o *conViver* tornou-se possibilidade concreta de experienciar a autoconfiança, o autorrespeito, a autoestima e o autoamor.

O amor-próprio não pode florescer em isolamento [...]. Quando vemos o amor como uma combinação de confiança, compromisso, cuidado, respeito, conhecimento e responsabilidade, podemos trabalhar para desenvolver essas qualidades ou, se elas já forem parte de quem somos, podemos aprender a estendê-las a nós mesmos (hooks, 2020, p. 93).

CONFLITOS DE INTERESSE

Nada a declarar.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Dados serão fornecidos mediante solicitação.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às famílias e aos profissionais dos Cras e do Creas que participaram dos grupos descritos neste trabalho.

REFERÊNCIAS

Akotirene, K. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.

Alves, C. O., Murta, S. G., & Moreira, A. L. C. (2021). Sobre presença e ausência: revisão de literatura sobre mulheres negras no suas. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As*, 13(36), 601-628. <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1106>

Andrade, P. M., & Pereira, L. L. (2019). A (In)visibilidade de gênero e raça na assistência social: estudo de caso nos Centros de Referência de Assistência Social. *O Social em Questão*, (45), 57-80. https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_45_art_3.pdf

Augusto, N. N. de O., & Conceição, M. I. G. (2024). “Você não é negra, você é parda!”: uma netnografia do não-lugar das pessoas pardas na sociedade brasileira. *Boletim de Conjuntura*, 17(49), 544-574. <http://doi.org/10.5281/zenodo.10595423>

Bento, C. (2022). Pacto narcísico. In C. Bento (Org.). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.

Bonalume, B. C., & Jacinto, A. G. (2019). Encarceramento juvenil: o legado histórico de seletividade e criminalização da pobreza. *Revista Katálisis*, 22(1), 160-170. <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n1p160>

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

Coelho, A. C. F. (2024). *ConViver: grupos de convivência protetiva para crianças, adolescentes e suas famílias* [Tese de doutorado/não publicada]. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Costa, A. P. M. (2021). Juvenicídio: a expressão da necropolítica na morte de jovens no Brasil. *Revista Direito E Práxis*, 12(4), 2359-2392. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/54377>

Costa, L. F., & Lordello S. R. (2021). Pesquisa com populações vulneráveis e em contexto de grande complexidade. In E. M. F. Seild, E. F. I. Queiroz, & M. Neibern (Eds.). *Estratégias metodológicas de pesquisa em psicologia clínica: avanços e desafios* (pp. 67-86). CRV.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos feministas*, 10(172), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

Deslandes, S. F., Freitas, B. M. S., & Ferreira, T. R. de S. C. (2023). “A vara da disciplina”: discursos de religiosos em defesa de castigos físicos para a educação de crianças e adolescentes. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 27, 1-16. <https://doi.org/10.1590/interface.220587>

Evaristo, C. (2017). *Poemas da recordação e outros movimentos* (3a ed.). Malê.

Honneth, A. (2003). *A gramática moral dos conflitos sociais* (2a ed.). Editora 34.

hooks, b. (2020). *Tudo sobre o amor*. Elefante.

Lima, T. T. C. S. de, & Mioto, R. C. T. (2011). Ações socioeducativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica. *Temporalis*, 11(21), 211-237. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2011v11n21p211-237>

Malaquias, M. C. (2023). *Etnodrama: contribuições do grupo de estudos de psicodrama e relações raciais*. Ágora.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. n-1 edições.

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Norma Operacional Básica NOB/SUAS*. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf
- Ministério do Desenvolvimento Social. (2017). *Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos*. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf
- Moreira, M. C. N., Dias, F. de S., Mello, A. G. de, & York, S. W. (2022). Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(10), 3949-3958. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.07402022>
- Moreira-Primo, U. S., França, D. X. (2023). Identidade racial e percepção do valor social dos grupos pelas crianças: uma análise em termos de desenvolvimento. *Revista Zero-a-Seis*, 25(47). <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2023.e90753>
- Moreno, J. L. (2014). *Psicodrama*. Cultrix. (Original publicado em 1975).
- Naffah, A. N. (1979). *Psicodrama: descolonizando o imaginário*. Brasiliense.
- Nery, M. P. (2014). *Vínculo e afetividade*. Ágora.
- Nery, M. P., Costa, L. F., & Conceição, M. I. G. (2006). O Sociodrama como método de pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 16(35), 305-313. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000300002>
- Nogueira, R. (2019). O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. *Momento Diálogos em Educação*, 28(1), 127-142. <https://doi.org/10.14295/momento.v28i1.8806>
- Nunes, M. D. F. (2016). Cadê as crianças negras que estão aqui? O racismo (não) comeu. *Latitude*, 10(2), 383-423. <https://doi.org/10.28998/lt.2016.n.2.2616>
- Oliveira, A. C. da. (2023). Colonialidade, infâncias e juventudes. *Insurgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, 9(2), 89-114. <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/50253>
- Paugam, S. (2008). *Le lien social*. Presses Universitaires de France.
- Perazzo, S. (1999). *Fragmentos de um olhar psicodramático*. Ágora.
- Reinach, S., & Barros, B. W. (2023). O aumento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil em 2022. In *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-09-o-aumento-da-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil-em-2022.pdf>
- Torres, A. S. (2016). *Convívio, convivência e proteção social: entre relações, reconhecimentos e políticas públicas*. Veras.
- Torres, A. S. (2022). Segurança de convivência no SUAS: proteção em situações de violação de Direitos Humanos. In R. F. S. Paula (Org.). *Direitos humanos em tempos de barbárie: Questionar o presente para garantir o futuro* (pp. 150-182). Cortez.
- Vieira, E. M., & Malaquias, M. C. (2023). Mulher negra guerreira e o esquema da supermulher: impactos do estresse social na saúde mental. In M. C. Malaquias. *Etnodrama: contribuições do grupo de estudos de psicodrama e relações raciais* (pp. 149-165). Ágora.
- Voltarelli, A. M. (2021). Da margem ao centro: a visibilidade das crianças sul americanas nos estudos da infância. *Serviço Social Em Debate*, 3(1). <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/5496>